



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Conselho Estadual de Meio Ambiente
ATA DA 70ª RO - REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSEMA
São Luís, MA, 11 de abril de 2025

1. No dia 11 (onze) do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às 14h, foi aberta a 70ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Maranhão – que ocorreu de forma híbrida, no Espaço Fiema - 4º andar e através link: bit.ly/42jp8bg.
2. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, fez a primeira verificação de quórum constando quantidade insuficiente para abertura da reunião. Informou que seria aguardado 30 minutos regimentais para uma nova conferência. Após 30 minutos, fez a segunda conferência de quórum e constou quantidade suficiente para dar início a reunião;
3. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros:
 - I. **ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA** – representante do Sindicato de Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Maranhão e do Pará – SINDICANALCOOL, titular;
 - II. **ANDRÉA ARAÚJO DO CARMO** - representante da Secretaria de Estado da Infraestrutura – SINFRA, titular;
 - III. **ANTONIO MANOEL SILVANO NETO** - representante da Secretaria de Estado da Infraestrutura – SINFRA, suplente;
 - IV. **CLEYTON OLIVEIRA PIMENTA** – representante da Federação da Associação dos Apicultores e Fruticultores de Governador Nunes Freire – FRUTAMEL, suplente;
 - V. **FERNANDO BERGMANN** – representante da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária – SAGRIMA, suplente;
 - VI. **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA** - representante do Centro de Defesa e Promoção e Cidadania, titular;
 - VII. **FRANCISCO PEREIRA DA SILVA** – representante do Instituto Nacional de Políticas Públicas – INPP, suplente;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

- VIII. **GEORGE LUCAS RIBEIROS DOS REIS MAIA** – representante da SERRACAL Corretivos Agrícolas LTDA, titular;
- IX. **JÉSSICA PIRES FERNANDES SILVA** – representante da BRK Ambiental, suplente.
- X. **JONILSON DO NASCIMENTO AMARANTE** – representante da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão – FETAEMA, titular;
- XI. **LUIZ HENRIQUE FONTENELLE GRAÇA** – representante do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de São Luís – SINDIMETAL, titular;
- XII. **LUZENICE MACEDO MARTINS** – representante da Assembleia Legislativa do Maranhão, suplente;
- XIII. **LYÊSSA VIANA DE LIMA** – representante da Secretaria de Estado da Infraestrutura, titular;
- XIV. **MARIA ELIANA ALVES LIMA** – representante da Secretaria de Estado da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, suplente;
- XV. **MORGANA MEIRELLYZ QUEIROZ FERNANDES** – representante da Federação da Associação Justiça dos Trilhos, titular.
- XVI. **REINALDO PEREIRA DA SILVA** – representante do Instituto Ecológico Martim Pescador – IEMP, suplente;
- XVII. **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES** - representante da Sociedade Maranhense de Defesa e Moradia Digna, suplente;
- XVIII. **SUELY GONÇALVES DA CONCEIÇÃO** – representante da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA, suplente;
- XIX. **TENENTE DANIEL HOLANDA DOS SANTOS** – representante da Polícia Militar do Maranhão – PMMA – BPA, suplente;
- XX. **VITOR HUGO SOUZA MORAES** – representante do Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN, titular;
- XXI. **WALTER LUÍS MUEDAS YAURI** – representante da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, titular.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

4. Lista de Participantes:

- I. **ANA PATRICIA DOS REIS** – SEMA/BIODIVERSIDADE;
- II. **CAMILLA DE SOUSA VIEGAS BARROS** – SEMA;
- III. **HADINA BIANCA CUTRIM SILVA** – CONSELHOS/SEMA;
- IV. **LAÍS DE MORAES RÊGO** – SEMA/BIODIVERSIDADE;
- V. **LENNISE PORTELA** – SEMA/CONSELHOS;
- VI. **VANESSA BAPTISTA PEDROSA** – SEMA/BIODIVERSIDADE.

5. Justificou ausência:

- I. **ANDRÉA ARAÚJO DO CARMO** - representante da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, titular.
- II. **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO** - representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, suplente;

6. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA** deu as boas-vindas a todos os participantes da 70ª reunião ordinária do CONSEMA, dando início à pauta. No primeiro ponto, seria tratada a aprovação da ata da 69ª reunião anterior. No entanto, solicitou a retirada desse item da pauta, devido à impossibilidade de finalizá-la antecipadamente devido redução de pessoal e as viagens necessárias em decorrência do processo eleitoral. Como alternativa, foi sugerido que, após a finalização da ata, que a mesma fosse encaminhada para o grupo de *WhatsApp* para apreciação. Seria aberto um prazo para correções e, posteriormente, realizada a votação por meio digital, dispensando a necessidade de aguardar a próxima reunião ordinária, marcada para junho. Os presentes manifestaram concordância sem objeções. Sendo assim, o item foi encerrado e a reunião seguiu para o próximo ponto da pauta. Prosseguindo com a pauta, foi apresentado o relatório anual de 2024 referente às receitas, repasses e despesas do Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA). Informou que, conforme o procedimento habitual, o documento já havia sido submetido ao Conselho Gestor do Fundo Especial de Meio Ambiente (CONGEFEMA) para análise prévia e, posteriormente, encaminhado aos membros do CONSEMA com antecedência, por meio do grupo de comunicação. Pontuou que a servidora responsável pela gestão do FEMA, Camilla de Sousa Viegas Barros, foi



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

designada para apresentar os detalhes do relatório. Informou que, ao final da apresentação, seria aberto espaço para questionamentos e esclarecimentos por parte dos conselheiros presentes.

7. A Servidora **CAMILLA DE SOUSA VIEGAS BARROS**, iniciou a apresentação do relatório anual do FEMA – Exercício 2024, com a apresentação do Contexto Institucional, no qual se destacou que o Fundo Especial de Meio Ambiente (FEMA), regulamentado pela Lei Estadual nº 5.405/1992 e pelo Decreto nº 22.383/2006, tem como finalidade financiar projetos sustentáveis, ações de fiscalização e recuperação ambiental no Estado do Maranhão, sendo sua gestão financeira realizada pelo CONGEFEMA, composto por representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), do CONSEMA e da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN. Além disso, foram apresentados os Dados Orçamentários, com um orçamento inicial de R\$11.256.000,00 (onze milhões, duzentos e cinquenta e seis mil reais), tendo a arrecadação total alcançado R\$16.206.819,93 (dezesesseis milhões e duzentos e seis mil e oitocentos e dezenove reais e noventa e três centavos) (44% acima do previsto), enquanto a transferência efetiva para o FEMA foi de R\$13.203.605,79 (treze milhões e duzentos e três mil e seiscentos e cinco reais e setenta e nove centavos). No que diz respeito aos Programas Executados, o Programa 0626 – Educação Ambiental teve como objetivo promover educação ambiental em recursos hídricos e florestais, com um investimento de R\$9.272.564,00 (nove milhões e duzentos e setenta e dois mil e quinhentos e sessenta e quatro reais). Vale ressaltar que, na Ação 6062 (Recursos Hídricos), a meta era capacitar 2.000 pessoas, mas foram alcançadas apenas 59, com atividades realizadas na APA do Maracanã e em seminários. Por outro lado, a Ação 6063 (Recursos Florestais) superou a meta de 2.000 capacitados, atingindo 2.595 pessoas, graças a projetos como "Despertar Olhares" e campanhas em 66 municípios. Já o Programa 0627 – Maranhão Sem Queimadas, que visava reduzir queimadas e desmatamento com um investimento de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), registrou 18 campanhas realizadas, ultrapassando a meta 15, por meio de blitz ambientais e equipagem de brigadas. Da mesma forma, o Programa 0355 – Planejamento e Gestão Ambiental, cujo objetivo era fortalecer a gestão territorial e a biodiversidade, teve seu investimento inicial de R\$ 10.373.537,00 (dez milhões e trezentos e setenta e três mil e quinhentos e trinta e sete reais) ajustado para R\$



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

15.997.849,50 (quinze milhões e novecentos e noventa e sete mil e oitocentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos). Entretanto, na Ação 6143, que previa beneficiar 10 municípios, apenas 2 foram atendidos, embora tenham sido realizadas ações como a implantação de viveiros em São Bento/Anajatuba e parcerias com a EMBRAPA. No tocante ao Programa 0614 – Gestão Florestal (Maranhão Verde), destinado a fomentar o uso sustentável de recursos florestais, o investimento foi de R\$ 8.582.463,00 (oito milhões e quinhentos e oitenta e dois mil e quatrocentos e sessenta e três reais). Nesse caso, a Ação 4264 superou amplamente a meta de 10 instrumentos, alcançando 110, com projetos como "Floresta Viva" e ações de combate a queimadas. Ademais, a Ação 6147, que previa capacitar 100 pessoas, formou 840 participantes. Quanto ao Desempenho Financeiro, a execução global foi de 68% dos recursos empenhados, com destaque para o Programa 0355, que executou 68,3% (R\$ 10,9 milhões), e o Programa 0614, com 71,3% (R\$ 139.811,00 em gestão florestal). Por fim, na Conclusão, foi destacado que o relatório demonstra avanços nas ações educativas e de prevenção a queimadas, com metas superadas em capacitações, mas também aponta desafios, como a subexecução em municípios beneficiados (Ação 6143) e dificuldades na implementação de pagamentos por serviços ambientais (Ação 3300). Assim, a gestora Camila encerrou a apresentação do relatório anual do FEMA (2024), colocando-se à disposição para esclarecer eventuais dúvidas dos conselheiros.

8. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, abriu para inscrições de manifestações, concedendo a palavra aos presentes que desejassem se pronunciar sobre o relatório apresentado.
9. O Conselheiro **FRANCISCO PEREIRA DA SILVA**, manifestou interesse em saber se seria possível incluir o georreferenciamento como parte obrigatória do Cadastro Ambiental Rural - CAR. Destacou que atualmente os bancos e instituições financeiras exigem esse procedimento para concessão de empréstimos e incentivos aos produtores rurais. Sugeriu que o georreferenciamento poderia trazer benefícios tanto para os produtores, facilitando seu acesso a crédito, quanto para os órgãos ambientais, permitindo um monitoramento mais preciso das propriedades.
10. A Servidora **CAMILLA DE SOUSA VIEGAS BARROS**, registrou a sugestão e comprometeu a encaminhar a questão à Superintendência de Recursos Florestais para



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

verificar como este procedimento vem sendo trabalhado na prática, retornando com informações em momento oportuno.

11. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, informou que a pergunta poderia ser encaminhada via *WhatsApp* para que seja direcionada ao setor responsável. Sugeriu, então, que seja indicado quais temas merecem maior aprofundamento, já que algumas ações já foram apresentadas ao conselho. Propôs que, se houver demanda por um assunto específico, o setor correspondente seja convocado para a próxima reunião. Por fim, reforçou o pedido para que a pergunta seja enviada pelo *WhatsApp*, garantindo que será repassada ao setor adequado, e agradeceu. Passou a fala para o conselheiro Ronald Henrique Gomes Chaves.
12. O conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES**, se manifestou sobre o programa de economia verde, solicitando maiores detalhes quanto à sua composição e execução. Ressaltou a importância de entender melhor quais ações e recursos estão envolvidos, de modo que o conselho possa ter maior clareza e até contribuir com sugestões. Mencionou especificamente o PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), destacando que as informações disponíveis ainda são insuficientes para compreender seu funcionamento prático. Além disso, comentou sobre a utilização de funcionários da Sema em projetos sem recebimento de bonificações ou reconhecimento financeiro, mesmo diante de sobrecarga de trabalho. Sugeriu que, como conselheiro, que seja revisada a política de incentivos, argumentando que recompensar a equipe técnica ao concluir projetos importantes não representa desperdício ou oneração para o estado, mas sim um estímulo à qualificação e ao desenvolvimento do trabalho. Destacou o valor desses profissionais, que há anos atuam em prol do Maranhão, e finalizou agradecendo aos presentes.
13. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, informou que sua indicação foi registrada. Em seguida, concedeu a palavra à conselheira Maria Eliana Alves Lima para sua manifestação.
14. A conselheira **MARIA ELIANA ALVES LIMA**, cumprimentou os presentes e parabenizou a Secretária Executiva e a equipe da SEMA pela organização das reuniões realizadas nos municípios do Maranhão. Relatou que acompanhou os eventos junto com outros conselheiros, incluindo Ronald Henrique Gomes Chaves, e destaca o expressivo aumento de público em cada cidade, com auditórios lotados. Sugeriu que essas



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

mobilizações continuem não apenas para a eleição de novos membros do conselho, mas também para ampliar as discussões sobre temas atuais, como a COP 30. Mencionou ainda as ações realizadas em parceria com a SEDUC, incluindo trilhas do conhecimento sobre questões climáticas, e convidou os demais conselheiros a participarem das próximas atividades, que abordarão justiça climática e temas relacionados à COP 30, embora sejam voltadas principalmente para a educação formal. Por fim, questionou sobre o orçamento de 2024, que foi apresentado de forma resumida no valor de R\$ 11.256.000,00 (onze milhões e duzentos e cinquenta e seis mil reais), perguntando se todo o valor foi executado ou se houve saldo remanescente.

15. A servidora **CAMILLA DE SOUSA VIEGAS BARROS**, respondeu que houve saldo não executado no orçamento de 2024 e informa que será solicitado um remanejamento desses recursos para o presente exercício.
16. A conselheira **MARIA ELIANA ALVES LIMA**, complementou sua manifestação destacando as dificuldades enfrentadas na execução financeira dos recursos destinados ao programa de educação ambiental da SEDUC. Explicou que, embora seja a primeira vez que a secretaria conta com um programa específico para educação ambiental no âmbito do Programa Conexão Ambiental - PCA, há entraves na concretização dos repasses financeiros. Pontua que, enquanto a execução física das ações avança – incluindo formações via *YouTube*, *Zoom* e outras plataformas digitais com amplo alcance, a operacionalização dos recursos financeiros enfrenta obstáculos burocráticos. Ressaltou, embora não haja falta de atividades (já que a equipe utiliza equipamentos próprios e dedica esforços sem custos diretos), a formalização desses gastos como "custo administrativo" é complexa, pois envolve materiais, trabalho humano e infraestrutura não facilmente contabilizados nos processos tradicionais. Por fim, questionou se outros conselheiros ou setores enfrentam desafios similares na hora de acessar recursos via Secretaria, especialmente na etapa de prestação de contas após a aprovação dos projetos.
17. A servidora **CAMILLA DE SOUSA VIEGAS BARROS**, respondeu que, em geral, a equipe não enfrenta as mesmas dificuldades mencionadas pela SEDUC na execução financeira dos recursos. Explicou que a maior parte das ações consegue ser implementada sem entraves significativos, tanto na execução física quanto financeira, com exceção de casos pontuais como o PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), que demanda



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

regulamentação específica e, por isso, teve avanços limitados em ambas as frentes. Destacou que as demais ações, especialmente aquelas que utilizam o corpo técnico interno, são mais "finalísticas" (com objetivos claros e entregas definidas), o que facilita a gestão dos recursos. Reconhece que, ocasionalmente, surgem desafios isolados, mas que a maioria dos projetos é administrada com eficiência.

18. A conselheira **MARIA ELIANA ALVES LIMA**, solicitou apresentação ao conselho o orçamento detalhado do FEMA, argumentando que esse acesso permitiria um acompanhamento mais efetivo das ações planejadas, possibilitando ao conselho participar ativamente da discussão e fiscalização dos recursos, em vez de apenas receber informações pontuais. Destacou que, atualmente, há críticas sobre a falta de transparência no emprego dos recursos do fundo, e que a divulgação prévia do orçamento seria uma forma de demonstrar que o conselho está ciente e acompanha as aplicações. Concluiu sugerindo que, ao conhecer as ações planejadas, o próprio conselho poderá contribuir com avaliações evolutivas, reforçando que "o fundo está sendo empregado em X ações, e o conselho acompanha".
19. A servidora **CAMILLA DE SOUSA VIEGAS BARROS**, respondeu afirmativamente ao pedido, informando que é possível apresentar tanto as ações planejadas para 2025 quanto o detalhamento orçamentário do FEMA ao conselho. Explicou que, em sua última apresentação ao CONGEFEMA, focou nas ações previstas sem aprofundar os valores orçamentários, mas se comprometeu a trazer ambas as informações em uma próxima oportunidade.
20. O conselheiro **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA**, questionou sobre o volume de investimento destinado às políticas de educação ambiental no Maranhão, em especial no contexto da gestão ambiental e das ações relacionadas. Mencionou encontro de fortalecimento dos comitês, que faz parte dessa estratégia, e foi indagado se existem outras iniciativas além dessa. Também solicitou o esclarecimento sobre se a ação mencionada — o fortalecimento dos comitês de bacia — é a única em andamento ou se há outras atividades vinculadas à política de educação ambiental.
21. A servidora **CAMILLA DE SOUSA VIEGAS BARROS**, comentou que se referia especificamente às ações orçamentárias executadas dentro do FEUC e FEMA, destacando que o foco da apresentação se limitava aos recursos programados para o fundo. Ressaltou



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

que, no caso do FEMA, as ações relacionadas a resíduos sólidos já estavam contempladas em sua programação, assim como outras iniciativas vinculadas a unidades de conservação. Mencionou que, embora o relato tratasse apenas da execução financeira direcionada ao fundo, existem outras atividades em andamento, como comitês e reuniões em diferentes setores, que não foram detalhadas naquela ocasião. Reiterou que tais ações, de fato, ocorrem paralelamente, mas não compunham o escopo da análise apresentada.

22. A conselheira **MORGANA MEIRELLYZ QUEIROZ FERNANDES**, se manifestou parabenizando as equipes pela execução das atividades, destacando o avanço no alcance de municípios e a importância de reconhecer o trabalho desenvolvido. Concordou com a fala anterior sobre a necessidade de visualizar não apenas os dados orçamentários, mas também as ações concretas e sua abrangência territorial, o que permitiria uma avaliação mais integrada dos resultados. Expressou preocupação com as disparidades na execução, citando como exemplo a tabela orçamentária apresentada: enquanto foram planejadas 2.000 ações em recursos hídricos, apenas 59 foram executadas, concentradas na região de São Luís. Questionou se essa limitação reflete dificuldades logísticas, falta de priorização ou outros obstáculos, enfatizando que tais números podem causar apreensão ao Conselho. Sugeriu que a presença de representantes de conselhos locais e do CONERH, com suas especialidades territoriais, poderia ampliar a perspectiva sobre essas lacunas. Como representante de uma associação local, destacou a importância de espaços democráticos para discutir a execução das atividades de forma coletiva, visando otimizar recursos e prazos. Reiterou o reconhecimento pelo trabalho das equipes, que superaram metas iniciais (como alcançar 2.800 a 3.000 ações em vez das 2.000 previstas), mas reforçou a necessidade de analisar criticamente as áreas deficitárias. Pontuou a importância de incluir regiões interioranas e quilombolas, muitas vezes negligenciadas em favor de locais próximos à capital, e propôs a expansão de seminários e outras atividades para mitigar essas desigualdades.
23. O conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES**, manifestou concordância com a importância de reconhecer trabalhos bem executados. Acrescentou que também se dispõe a sugerir soluções quando identifica dificuldades, seguindo uma filosofia pessoal de encarar problemas como oportunidades de crescimento, ao invés de apenas reclamar sobre eles. Destacou que o conselho está aberto para auxiliar setores com dificuldades, colocando



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

à disposição suas instituições e articulações. Ressaltou que, em sua experiência pessoal, já foi frequentemente solicitado, mas considera essas interações importantes para o fortalecimento das instituições de base. Encerrou sua fala agradecendo e parabenizando os demais participantes.

24. A servidora **CAMILLA DE SOUSA VIEGAS BARROS**, falou sobre a execução específica da ação de educação ambiental voltada para recursos hídricos. Mencionou que está prevista uma revisão do PPA (Plano Plurianual) no meio do ano, oportunidade em que poderão ser reavaliadas algumas definições feitas durante sua construção inicial. Observou que, em alguns casos, há a necessidade de incluir determinadas ações que posteriormente não se mostram totalmente adequadas à realidade de execução. No caso específico da ação de recursos hídricos, explicou que sua execução ocorre principalmente através de projetos, o que difere do formato de outras ações. Essa particularidade na forma de execução, estando prevista na programação, mas não no fundo específico, acaba resultando em um desempenho quantitativo abaixo do esperado. Sugeriu a revisão desta ação em conjunto com a equipe de educação ambiental e a assessoria de planejamento, com o objetivo de adequar melhor sua formatação, evitando uma abordagem muito genérica e buscando maior efetividade na implementação.
25. O conselheiro **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA**, destacou a importância de ampliar a discussão sobre a política de recursos hídricos para além do âmbito setorial interno da Secretaria. Sugeriu a necessidade de estabelecer diálogo mais efetivo com os comitês de bacia hidrográfica, especialmente considerando o aumento dos desafios hídricos no estado. Observou que a participação nos debates locais é fundamental, citando como exemplo os grandes seminários já realizados em municípios como Maracaçumé, Santa Inês e Pinheiro, que abordaram de forma ampla temas como sustentabilidade hídrica e educação ambiental nas bacias. Ressaltou que esses eventos não se limitaram a discussões pontuais, mas trataram de forma integrada as diversas dimensões da gestão de recursos hídricos. Foi enfatizado que, embora as ações estejam previstas nos instrumentos de planejamento e no Progestão, é essencial manter um canal de diálogo permanente com os atores que atuam diretamente na implementação e fortalecimento do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos. Pontuou que essa aproximação seria fundamental para garantir a efetividade das políticas públicas na área.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

26. O conselheiro **WALTER LUÍS MUEDAS YAURI**, manifestou preocupação com a discrepância entre metas planejadas e resultados alcançados, citando como exemplo a ação 6062 sobre recursos hídricos, que tinha meta de 2.000 capacitações, mas realizou apenas 59, apesar do recurso de R\$ 300.000 (trezentos mil reais) disponível. Contrastou com outra ação florestal que atingiu sua meta de 2.500 capacitações, questionando a eficiência na aplicação dos recursos. Expressou inquietação quanto à distribuição desigual de recursos, observando que algumas áreas estratégicas como reservas indígenas e bacias hidrográficas carecem completamente de apoio financeiro para atividades de florestamento, enquanto ações próximas à APA do Maracanã recebem investimentos. Destacou a necessidade de melhor direcionamento dos recursos para as fontes que realmente necessitam. Sugeriu a elaboração de um planejamento conjunto para 2025 que envolva os comitês de bacia hidrográfica, visando maior eficiência no cumprimento das metas. Enfatizou a importância de pensar estrategicamente o futuro, propondo a criação de um projeto de lei que permita melhor alocação de recursos. Finalizou reiterando sua surpresa com as dissonâncias observadas entre planejamento e execução.
27. A servidora **CAMILA DE SOUSA VIEGAS BARROS**, concordou com os apontamentos do conselheiro Walter Luís Muedas Yauri, reforçando que essa é exatamente a função do conselho: analisar o que está sendo executado, receber devolutivas e, a partir disso, levar demandas às superintendências e à Secretaria. Propôs que seja agendada uma reunião específica com as superintendências para discutir o planejamento de 2025, na qual ela se comprometeu a apresentar a parte orçamentária, enquanto as equipes técnicas trariam as ações planejadas. Sugeriu que os conselheiros aproveitem esse espaço para fazer questionamentos sobre os dados de 2024 apresentados naquela sessão, bem como para apresentar propostas de ajustes. Destacou que a revisão do PPA (Plano Plurianual) seria um momento estratégico para essas discussões, permitindo que o conselho contribua com sugestões de melhorias e revisões nas metas e na execução orçamentária. Enfatizou a importância desse diálogo conjunto para aprimorar o planejamento e a eficácia das políticas públicas discutidas no âmbito do conselho.
28. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, encerrou a discussão anterior agradecendo ao conselheiro e formalizando os encaminhamentos. Solicitou que na próxima reunião seja estabelecida a articulação com as



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

superintendências e que os conselheiros preparem propostas de ações concretas para discussão conjunta. Agradeceu à conselheira Camilla de Sousa Viegas Barros pela apresentação e confirmou a aprovação unânime do relatório apresentado. Em seguida, deu continuidade à pauta, convidando a Superintendente de Biodiversidade, Laís de Moraes Rêgo, para apresentar o relatório do processo de avaliação do risco de extinção das espécies e da lista oficial da fauna ameaçada no estado do Maranhão. Fez um breve histórico, lembrando que o processo foi previamente discutido no conselho e que representantes da Câmara Técnica de Biodiversidade – os conselheiros Walter Luís Muedas Yauri, Edivaldo Moreira Gavião e Rafaela Maria Serra de Brito – acompanharam sua elaboração. Informou que o relatório já foi analisado pela Câmara Técnica, que manifestou concordância, com exceção de uma observação da conselheira Rafaela Maria Serra de Brito que solicitou a inclusão da lista de profissionais envolvidos e do termo de referência no documento. A servidora Laís de Moraes Rêgo complementaria essas informações durante sua apresentação.

29. A servidora **LAÍS DE MORAES RÊGO**, iniciou sua apresentação agradecendo a oportunidade de compartilhar o processo de avaliação do risco de extinção das espécies da fauna do estado, desenvolvido em conjunto com o Conselho Estadual de Meio Ambiente. Informou que o relatório foi previamente enviado aos conselheiros para conhecimento e que o objetivo daquela exposição era detalhar os resultados e as etapas do processo. Contextualizou que a avaliação está inserida no projeto "Pró-Espécies: Todos contra a extinção", uma estratégia nacional coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, financiada pelo GEF (Fundo Mundial para o Meio Ambiente) e implementada pelo FUNBIO, com execução do WWF BRASIL. O projeto visa reduzir ameaças e melhorar o estado de conservação de mais de 200 espécies criticamente em perigo no Brasil, envolvendo IBAMA, ICM BIO, Jardim Botânico do Rio de Janeiro e três estados, incluindo o Maranhão. Explicou que o estado participa do Plano de Ação Territorial Meio Norte, abrangendo também Pará e Tocantins, com foco na região tocatina do Maranhão (20 municípios). O plano inclui cerca de 30 ações voltadas à conservação de espécies ameaçadas, distribuídas em quatro eixos: pesquisa, capacitação, manejo e fortalecimento da legislação ambiental. Neste último, destacou a ação de elaborar/atualizar listas de espécies ameaçadas – no caso do Maranhão, tratou de uma construção pioneira, já que o



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

estado não possuía lista anterior. Detalhou que o WWF BRASIL contratou, via edital, a consultoria Sistema Ambiental para assessorar o processo, seguindo a Portaria SEMA nº 190/2020 (baseada na Portaria MMA nº162/2016 e na ICMBio nº09/2020), que estabeleceu diretrizes e designou uma equipe técnica da SEMA para acompanhamento. A metodologia exigia a participação obrigatória de coordenadores científicos (especialistas por grupo taxonômico) e técnicos do órgão ambiental. Na linha do tempo, em maio de 2024, houve apresentação da consultoria ao CON CERMA, articulação dos coordenadores científicos (para aves, herpetofauna, ictiofauna e mastofauna) e formação da equipe técnica da SEMA, incluindo gerentes de projeto por grupo taxonômico e estagiários. Ressaltou que os nomes dos participantes seriam disponibilizados posteriormente, conforme solicitado pela conselheira Rafaela. Foram definidos os recortes taxonômicos para o trabalho, abrangendo os grupos de peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos em todo o território maranhense, incluindo a área oceânica até 200 milhas náuticas. A metodologia adotada seguiu os critérios da IUCN (União Internacional para Conservação da Natureza), utilizando as categorias de ameaça: Vulnerável, Em Perigo, Criticamente em Perigo e Criticamente em Perigo Possivelmente Extinta. O processo iniciou com a compilação de dados pela consultoria Sistema Ambiental, em conjunto com a SEMA e coordenadores científicos, incluindo pesquisa, validação de listas prévias e confecção de mapas. Foram realizadas reuniões específicas para cada grupo taxonômico entre junho e julho de 2024, seguindo um evento de lançamento em agosto para divulgação e início da consulta pública, disponibilizada no site da SEMA. As avaliações foram conduzidas através de oficinas especializadas, organizadas por subgrupos (como aves costeiras/terrestres, peixes marinhos/continentais etc.), contando com a participação de 97 especialistas de 40 instituições. No total, foram avaliadas 1.850 espécies, com destaque para os resultados das aves: das 772 espécies avaliadas, 13,3% apresentaram algum grau de ameaça - 33 como vulneráveis, 30 em Perigo, 39 Criticamente em Perigo e 1 Criticamente em Perigo Possivelmente Extinta. A lista completa de especialistas e instituições participantes foi disponibilizada.

30. O conselheiro **CLEYTON OLIVEIRA PIMENTA**, se manifestou sobre a ausência de avaliação das abelhas na lista de espécies ameaçadas, questionando por que esse grupo não foi incluído no estudo.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

31. A servidora **LAÍS DE MORAES RÊGO**, esclareceu que o estudo se concentrou exclusivamente na fauna vertebrada (peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos), não abrangendo invertebrados como as abelhas na atual fase de avaliação. Explicou que o escopo inicial do projeto se limitou aos grupos de vertebrados,
32. O conselheiro **CLEYTON OLIVEIRA PIMENTA**, pergunta se há possibilidade de as abelhas serem adicionadas no estudo.
33. A servidora **LAÍS DE MORAES RÊGO**, complementou que, embora os invertebrados como as abelhas não tenham sido incluídos na atual avaliação, o estado mantém a prerrogativa de dar continuidade ao trabalho com novos grupos no futuro. Citou como exemplo pendente a elaboração da lista de espécies ameaçadas da flora, enfatizando que o processo de mapeamento das espécies ameaçadas será ampliado progressivamente.
34. O conselheiro **CLEYTON OLIVEIRA PIMENTA**, questionou se havia dados regionalizados sobre a distribuição das espécies ameaçadas no estado.
35. A servidora **LAÍS DE MORAES RÊGO**, respondeu que essas informações ainda não estão disponíveis, mas serão incluídas na próxima etapa do processo, com a publicação do Livro Vermelho. Explicou que, após a conclusão da lista oficial de espécies ameaçadas, o Livro Vermelho trará os mapas de ocorrência detalhados, indicando a distribuição por biomas e outras características ecológicas relevantes.
36. O conselheiro **CLEYTON OLIVEIRA PIMENTA**, questionou se os dados disponíveis contemplavam apenas informações gerais sobre as espécies ameaçadas, sem especificações regionalizadas sobre sua distribuição no território.
37. A servidora **LAÍS DE MORAES RÊGO**, esclareceu que a lista de espécies ameaçadas, seguindo o modelo do Ministério do Meio Ambiente, apresenta o nome científico, o nome popular e a categoria de ameaça de cada espécie. Explicou que foram encaminhados dois documentos distintos: uma versão resumida contendo essas informações básicas e outra versão completa com as justificativas técnicas detalhadas que fundamentaram a categorização de cada espécie. Destacou que a metodologia da IUCN (União Internacional para Conservação da Natureza) exige um rigoroso processo de avaliação, no qual os especialistas realizam análises técnicas e cálculos específicos para determinar se uma espécie se enquadra como vulnerável, em perigo ou criticamente em perigo. Esses dados, coletados durante as oficinas de avaliação, foram compilados para a elaboração da lista.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Complementou informando que, após a publicação oficial da lista, o próximo passo será a elaboração do Livro Vermelho, que trará informações mais didáticas, incluindo mapas de distribuição e áreas de ocorrência das espécies ameaçadas.

38. O conselheiro **CLEYTON OLIVEIRA PIMENTA**, manifestou compreensão sobre as explicações, mas reiterou a necessidade de acessar os dados regionalizados, destacando duas preocupações principais. Primeiramente, mencionou suas responsabilidades como vice-presidente da Biosfera do Cerrado Brasileiro, citando reuniões recentes com representantes indígenas do Tocantins sobre o tema. Salientou a importância de identificar geograficamente as áreas críticas onde as espécies ameaçadas estão concentradas, argumentando que essa espacialização facilitaria ações locais concretas. Como representante do litoral ocidental maranhense - região com 17 ilhas e 23 municípios - enfatizou a necessidade de mapeamentos precisos que indiquem quais municípios e localidades específicas abrigam essas espécies. Reconheceu o trabalho da SEMA como um "produto maravilhoso", expressando expectativa pelos próximos resultados, por considerar o tema gerador de discussões relevantes. Concluiu afirmando que ainda há muitos aspectos a serem debatidos sobre a matéria.
39. A servidora **LAÍS DE MORAES RÊGO**, informou que daria continuidade à apresentação naquele momento, sugerindo que as discussões sobre o tema poderiam ser retomadas posteriormente. Também apresentou os resultados detalhados do processo de avaliação das espécies ameaçadas, divididos por grupos taxonômicos: No grupo das aves, foram avaliadas 772 espécies. Entre os peixes, o trabalho foi subdividido devido à grande diversidade: 51 espécies de peixes cartilagosos (araias e tubarões) foram analisadas, com 50% apresentando algum grau de ameaça. Para peixes continentais e marinhos, os resultados mostraram 11 espécies vulneráveis, 6 em perigo, 22 criticamente em perigo e 2 possivelmente extintas. Os mamíferos foram divididos entre marinhos e terrestres, totalizando 11 espécies vulneráveis, 19 em perigo e 5 criticamente em perigo. Entre os répteis, das 207 espécies avaliadas, 2,4% estavam ameaçadas (5 espécies). Os anfíbios tiveram 107 espécies avaliadas, com apenas uma classificada como criticamente em perigo. O processo seguiu rigorosa metodologia da IUCN, incluindo etapa de verificação de consistência entre novembro e fevereiro de 2024, onde especialistas checaram a adequação das categorias atribuídas. Em março de 2024, a lista final foi elaborada e submetida ao



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

CONEMA. Destacou a participação ativa de 97 especialistas de 40 instituições, com 1.850 espécies avaliadas no total - 9,9% classificadas como ameaçadas e 1,9% como quase ameaçadas. Ressaltou o envolvimento de conselheiros como Edivaldo Moreira Gavião e Rafaela Maria Serra de Brito em todo o processo, garantindo transparência. A próxima etapa será a publicação oficial da lista através de portaria da SEMA, servindo como base para políticas públicas de conservação, como criação de unidades de conservação e programas de educação ambiental. A participante encerrou se colocando à disposição para esclarecimentos adicionais.

40. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, agradeceu à Laís de Moraes Rêgo pelo trabalho desenvolvido ao longo de todo o processo, destacando a importância da participação do conselho desde as etapas iniciais. Ressaltou que essa abordagem permitiu um acompanhamento transparente e um entendimento mais claro por parte dos conselheiros, evitando que a análise se limitasse a uma lista final sem contexto sobre sua elaboração. Foi mencionado o esforço de vários meses de trabalho dedicados à avaliação. Abriu para manifestações.
41. A conselheira **ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA**, iniciou sua manifestação reconhecendo o trabalho realizado, mas apresentou ressalvas quanto ao instrumento jurídico escolhido para formalizar a lista de espécies ameaçadas. Questionou o uso de portaria, considerando-a um ato administrativo frágil e discricionário, passível de revogação por qualquer secretário subsequente sem necessidade de justificativa. Argumentou que, pela natureza interinstitucional do processo e sua relevância estadual, sugeriu a adoção de instrumento normativo mais robusto, propondo duas alternativas: Decreto governamental, que embora também discricionário, teria maior abrangência e solenidade, ou Resolução do próprio conselho, que conferiria maior legitimidade e estabilidade à lista. Criticou a excessiva dependência da SEMA em relação a portarias para regulamentação de matérias importantes, defendendo a utilização de instrumentos normativos mais adequados como instruções normativas ou regulamentos. Justificou sua posição lembrando que a lista deve servir como instrumento de gestão ambiental estadual, não meramente interno ao órgão. Concluiu reforçando que sua intervenção tinha caráter propositivo, se colocando à disposição para discussão das alternativas apresentadas, com



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

base na hierarquia das normas e na necessidade de dar maior segurança jurídica ao instrumento.

42. A servidora **LAÍS DE MORAES RÊGO**, explicou que a opção pela portaria seguiu os ritos já estabelecidos no âmbito nacional, mencionando que tanto o ICMBio quanto o Ministério do Meio Ambiente utilizam portarias para formalizar suas listas de espécies ameaçadas. Argumentou que a decisão buscou manter a uniformidade com os procedimentos já consagrados, evitando criar um rito diferenciado. Complementou que a natureza periódica de revisão que essas listas demandam também foi considerada na escolha do instrumento normativo. Concluiu reforçando que a SEMA optou por seguir estritamente os modelos estabelecidos pela portaria do MMA e pela instrução normativa do ICMBio, mantendo assim a padronização com os procedimentos nacionais já consolidados.
43. A conselheira **ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA**, retomou a palavra para reforçar seus argumentos, destacando dois pontos principais: Diferença entre portarias federais e estaduais. Argumentou que há distinção relevante entre a revogação de uma portaria ministerial federal e uma portaria de secretaria estadual, sendo esta última mais vulnerável a mudanças administrativas. Defendeu que a adoção de instrumento mais robusto poderia fortalecer o trabalho realizado, garantindo maior segurança jurídica ao estudo. Ressaltou que o estado do Maranhão poderia ser pioneiro nesse aprimoramento. Reconheceu que as normas são passíveis de atualizações, mas manteve sua sugestão de que o conselho ou governo estadual considere: Substituir a portaria por resolução do conselho ou decreto governamental e assegurar maior estabilidade ao "trabalho grandioso" realizado. Finalizou propondo que a sugestão seja formalmente encaminhada para análise, reforçando que o colegiado tem competência para revisar e melhorar os instrumentos de política ambiental.
44. A participante **LAÍS DE MORAES RÊGO** respondeu de forma conciliadora, afirmando que acolheria a sugestão apresentada pela conselheira para análise. Agradeceu pelo aporte e encerrou o tópico de forma objetiva.
45. O conselheiro **FRANCISCO PEREIRA DA SILVA**, cumprimentou os presentes e direcionou seu questionamento sobre a contratação da empresa Sistema Ambiental. Solicitou informações detalhadas sobre o processo licitatório utilizado, especificamente se



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

teria sido realizado via chamada pública, concorrência ou tomada de preços. Adicionalmente, pediu os dados completos da empresa, incluindo CNPJ, justificando a necessidade dessas informações para exercer seu papel fiscalizador como conselheiro, particularmente no que diz respeito ao acompanhamento das empresas prestadoras de serviços para a SEMA.

46. A servidora **LAÍS DE MORAES RÊGO**, recordou que a empresa Sistema Ambiental, sediada em Santa Catarina, havia sido formalmente apresentada ao conselho em maio de 2024, durante uma reunião ordinária. Esclareceu que o processo de contratação seguiu os ritos estabelecidos pelo projeto Pró-Espécies, sendo realizado pelo WWF BRASIL através de edital público. Explicou que a seleção foi precedida pela elaboração de um termo de referência (denominado "carta convite" no projeto), com posterior publicação de edital pelo WWF BRASIL. A empresa foi contratada após atender integralmente aos pré-requisitos técnicos e administrativos estabelecidos no documento, conforme os procedimentos padrão do projeto.
47. O conselheiro **FRANCISCO PEREIRA DA SILVA**, manifestou dúvidas sobre o processo de contratação descrito, questionando especificamente o uso de carta convite. Expressou ceticismo quanto ao valor do contrato, sugerindo que parecia baixo para esse tipo de modalidade licitatória. Com base em sua experiência na área, levantou a possibilidade de que a contratação pudesse ter ocorrido através de indicações pessoais, ao invés de seguir os procedimentos formais. Solicitou confirmação sobre a exatidão das informações repassadas, demonstrando preocupação com a regularidade do processo.
48. A servidora **LAÍS DE MORAES RÊGO**, esclareceu que, como participante do projeto Pró-Espécies, não tinha competência para avaliar aspectos contratuais da seleção da empresa. Explicou que o projeto possui orçamento próprio e segue seus próprios processos licitatórios, cabendo à SEMA apenas a avaliação técnica dos produtos entregues. Afirmou que todos os produtos da consultoria foram submetidos à análise da equipe técnica da SEMA e aprovados, garantindo que o trabalho foi desenvolvido com transparência e eficiência. Enfatizou que esta era a extensão das informações que poderia fornecer com segurança sobre o processo.
49. O conselheiro **FRANCISCO PEREIRA DA SILVA**, continuou afirmando que a explicação recebida não o havia convencido. Questionou novamente o valor do contrato,



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

argumentando que uma carta convite normalmente não atingiria o patamar de 100 mil reais, sugerindo que o procedimento adequado deveria ter sido tomado de preços ou concorrência.

50. A servidora **LAÍS DE MORAES RÊGO**, respondeu que os valores contratuais não se limitam aos parâmetros por ele mencionados, variando conforme as regras específicas de cada projeto. No caso do projeto em questão, implementado pelo FUNBIO com execução pelo WWF BRASIL, a modalidade de carta convite é regularmente utilizada para diferentes tipos de contratações, dentro dos procedimentos estabelecidos pela organização.
51. O conselheiro **FRANCISCO PEREIRA DA SILVA**, questionou se é disponibilizado o CNPJ da empresa.
52. A servidora **LAÍS DE MORAES RÊGO**, afirmou positivamente e ressaltou que já colocou o termo de referência.
53. A conselheira **MARIA ELIANA ALVES LIMA**, começou sua manifestação reconhecendo a qualidade técnica e acadêmica do trabalho realizado, destacando a complexidade de reunir 97 especialistas de mais de 40 instituições. Ressaltou que o conselho deve agora focar em ações concretas para garantir a preservação das espécies identificadas, integrando esse conhecimento às políticas de manejo e proteção da biodiversidade no estado. Sugeriu que os resultados não se limitem a relatórios internos ou portarias, mas sejam amplamente divulgados para a sociedade, transformando o conhecimento científico em instrumento de conscientização popular. Citou como exemplo a necessidade de superar a limitação atual onde pesquisas frequentemente ficam restritas a documentos acadêmicos sem alcançar o público geral. Propôs que o conselho elabore uma estratégia de divulgação acessível, com versões regionalizadas da informação, permitindo que cada comunidade identifique e proteja as espécies ameaçadas em seu território. Questionou ainda se as categorizações de risco consideraram apenas o contexto estadual ou também correlações com listas nacionais e globais, buscando entender melhor a metodologia aplicada.
54. A servidora **LAÍS DE MORAES RÊGO**, explicou que o processo de categorização seguiu um sistema de hierarquização baseado nos critérios da IUCN, utilizando dados específicos do território maranhense. Esclareceu que, embora tenha sido realizada comparação com a avaliação nacional (que considera a distribuição das espécies em todo o Brasil), a



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

categorização estadual foi determinada exclusivamente pelas informações coletadas no âmbito do Maranhão. Destacou que a metodologia exige essa análise territorial específica, onde os dados nacionais servem como referência, mas não como determinantes para a classificação no nível estadual. O "ranking" de ameaça foi estabelecido com base em evidências coletadas localmente, seguindo rigorosamente os parâmetros técnicos da IUCN adaptados à realidade do estado.

55. A conselheira **MARIA ELIANA ALVES LIMA**, questionou se uma espécie classificada como ameaçada no Maranhão necessariamente teria o mesmo status em outras regiões.
56. A servidora **LAÍS DE MORAES RÊGO** confirmou que não.
57. O conselheiro **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA**, manifestou preocupação com a fragilidade da portaria como instrumento normativo para proteção das espécies ameaçadas. Argumentou que a lista de 1.850 espécies avaliadas deveria ser amparada por marco legal mais robusto, sugerindo a elaboração de resolução do conselho ou decreto governamental para garantir maior segurança jurídica à política pública de conservação. Destacou a urgência da questão, citando dados sobre o desmatamento no Maranhão, especialmente no cerrado e Amazônia, que agravam o risco de extinção. Relatou conhecimento prévio sobre espécies da bacia do Freguesia e Imperial que já se encontram praticamente extintas, reforçando a necessidade de ações concretas. Apoiou a sugestão anterior da conselheira Ana Cristina Cardoso dos Santos Fontoura, lembrando que outras políticas públicas estaduais relevantes, como a proteção aos povos indígenas, foram institucionalizadas através de leis e decretos, não portarias. Defendeu que o conselho deveria iniciar discussões para criar um instrumento normativo mais permanente e efetivo para proteção da biodiversidade ameaçada no estado.
58. O conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES**, retomou a discussão sobre o instrumento normativo, propondo encaminhamentos concretos. Sugeriu que o tema fosse levado para análise da Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais (CTIL), com a presença da assessoria jurídica da Secretaria, para deliberação sobre o formato mais adequado (resolução ou decreto) que dê maior solidez à política de proteção das espécies ameaçadas. Destacou a importância da participação do secretário-executivo nessa discussão, argumentando que um instrumento normativo mais robusto fortaleceria a atual gestão e criaria resguardo contra eventuais retrocessos futuros. Solicitou formalmente ser



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

incluído na reunião da CTIL quando convocada, para contribuir na elaboração da proposta final. Reiterou que a medida visa garantir continuidade às ações de conservação, assegurando que futuras gestões compreendam as razões técnicas que embasaram as decisões tomadas pelo conselho.

59. A servidora **LAÍS DE MORAES RÊGO**, interrompeu para fazer um esclarecimento, diferenciando segurança jurídica de burocracia. Relatou experiências anteriores com gestores que desconsideravam processos técnicos, citando especificamente dificuldades com uma ex-secretária que sistematicamente desconstruía trabalhos consolidados. Defendeu que o conselho sempre priorizou ações concretas e executáveis, sem burocracia excessiva. Reiterou sua preocupação com a fragilidade de portarias diante de mudanças políticas, lembrando que secretários são cargos de indicação política com perfis variados - alguns sem formação técnica específica, como o caso mencionado de um jornalista que ocupou o cargo. Enfatizou que a sugestão por instrumento normativo mais robusto visa proteger o trabalho técnico realizado, não criar obstáculos burocráticos. Destacou o caráter multidisciplinar e pioneiro do estudo sobre espécies ameaçadas, justificando a necessidade de mecanismos que garantam sua continuidade independentemente de mudanças administrativas. Esclareceu que, como servidora, não tem poder de decisão sobre o formato normativo, mas se comprometeu a levar a discussão aos escalões superiores.
60. O conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES**, relatou que acompanhou todo o processo desde a primeira reunião e que, assim como o conselheiro Francisco das Chagas Sousa, também realizou pesquisas sobre a empresa contratada. Reconheceu que inicialmente questionou a contratação de empresas de fora do estado, mas que essa preocupação foi superada ao longo do processo. Destacou a importância de valorizar o quadro técnico da Secretaria, elogiando a competência dos servidores. Alertou sobre os riscos de mudanças na equipe técnica, citando que algumas alterações anteriores trouxeram problemas. Agradeceu pelo trabalho realizado e expressou apoio à continuidade das ações, encerrando com votos de que o trabalho seja abençoado.
61. A conselheira **MARIA ELIANA ALVES LIMA**, complementou as discussões concordando com os demais conselheiros e sugeriu que o ano atual seria oportuno para a publicação de um decreto estadual com a lista de espécies ameaçadas. Argumentou que essa iniciativa poderia ser apresentada como uma conquista relevante durante a COP30,



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

destacando o compromisso do Maranhão com a conservação da biodiversidade. Ressaltou que a existência de políticas públicas ativas no conselho para proteção dessas espécies reforçaria a importância do instrumento normativo mais robusto, demonstrando a atuação efetiva do estado na prevenção da extinção de sua fauna.

62. A servidora **LAÍS DE MORAES RÊGO**, acolheu as sugestões, mas ponderou sobre a necessidade de analisar cuidadosamente o trâmite adequado, considerando que a portaria inicial do processo já estabelecia o formato de publicação da lista. Explicou que o documento original definia diretrizes e ritos a serem seguidos, incluindo a previsão de divulgação via portaria. Se colocou à disposição para discutir qual seria o melhor instrumento normativo (resolução do conselho ou decreto governamental), questionando se os conselheiros desejavam deliberar imediatamente sobre essa mudança ou se preferiam encaminhar para análise mais aprofundada.
63. A conselheira **ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA**, sugeriu que, caso fosse necessário alterar a portaria mencionada, o conselho poderia aprovar imediatamente uma resolução sobre o assunto durante aquela reunião. Explicou que a minuta da resolução poderia ser adaptada a partir do texto original da portaria pela Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais, sem necessidade de nova apreciação pelo plenário. Propôs que, uma vez aprovada naquela sessão, a resolução fosse encaminhada diretamente para publicação no Diário Oficial, agilizando o processo.
64. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, colocou em votação a proposta de encaminhamento que sugeria alterar o formato de publicação da lista de espécies ameaçadas, substituindo a portaria por uma resolução do conselho. A proposta previa que a Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais seria responsável por elaborar o texto da resolução, que seria encaminhado diretamente para publicação caso aprovado. Antes de iniciar a votação, abriu para mais manifestações.
65. O conselheiro **WALTER LUÍS MUEDAS YAURI**, manifestou preocupação quanto à aprovação imediata da resolução, argumentando que uma decisão precipitada poderia trazer consequências não previstas, especialmente para populações tradicionais que eventualmente dependam de algumas das espécies listadas para sua subsistência. Ressaltou a necessidade de um período mais amplo para consultas e análises, evitando a criação apressada de mecanismos punitivos que possam afetar negativamente essas comunidades.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Destacou que, embora considere a proposta válida em sua essência, sua implementação requer maior aprofundamento para assegurar que esteja alinhada com o caráter democrático do conselho e não gere impactos adversos sobre os modos de vida tradicionais. Sugeriu que se realize um processo mais detalhado de avaliação antes de qualquer deliberação final sobre o formato normativo a ser adotado.

66. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, agradeceu ao conselheiro e colocou a proposta em votação, convocando os demais conselheiros a se manifestarem conforme o princípio democrático do colegiado. Solicitou que as votações fossem registradas tanto pelo chat virtual quanto presencialmente, permitindo que a maioria deliberasse sobre o encaminhamento apresentado. Por votação da maioria - com apenas 1 voto contra do conselheiro Walter Luís Muedas Yauri – a proposta foi aprovada.
67. A conselheira **ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA**, complementou que a aprovação da proposta pelo conselho não representava necessariamente uma decisão definitiva, lembrando que a Laís de Moraes Rêgo ainda precisaria levar a deliberação para avaliação interna da Secretaria. Ressaltou que todos os envolvidos no processo, incluindo o secretário, analisariam a sugestão, e que o conselho permanecia à disposição para dar continuidade à demanda caso houvesse retorno positivo.
68. A servidora **LAÍS DE MORAES RÊGO**, reforçou os agradecimentos pela participação do conselho em todo o processo, destacando o marco histórico que a lista de espécies ameaçadas representa para o estado. Ressaltou que o trabalho técnico realizado foi amplamente discutido e construído de forma coletiva, com participação diversificada, o que traz tranquilidade quanto à qualidade dos resultados obtidos. Enfatizou que a lista é apenas o primeiro passo para o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas de proteção à biodiversidade, permitindo ações direcionadas com base no status de conservação e distribuição geográfica das espécies. Se comprometeu a levar os encaminhamentos sugeridos pelo conselho para discussão com o secretário e assessoria jurídica, garantindo posterior retorno ao colegiado sobre as deliberações. Reiterou a importância da continuidade do trabalho em parceria com o conselho, reconhecendo o papel fundamental do órgão na implementação das políticas de conservação que se seguirão.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

69. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, encerrou o debate e apresentou pelo compromisso de retorno sobre as deliberações. Informou que a secretaria executiva comunicará oficialmente o resultado das discussões internas da SEMA aos conselheiros tão logo seja disponibilizado. Passou para o próximo item da pauta, abrindo espaço para informes e manifestações gerais dos conselheiros sobre assuntos de interesse.
70. A conselheira **ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA**, solicitou esclarecimentos sobre o processo eleitoral em curso, questionando se houve prorrogação de prazo para as candidaturas ou se todas as vagas já foram preenchidas.
71. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, informou que o prazo para as candidaturas será prorrogado por mais dez dias, mantendo as datas originalmente previstas para as conferências. Explicou que o calendário inicial havia sido planejado com margem de um mês entre a publicação da lista final de habilitados e a realização das conferências, permitindo ajustes necessários nesse intervalo. Complementou que ainda há tempo hábil para eventuais alterações de datas e para a finalização da lista de candidatos habilitados antes do período das conferências.
72. A conselheira **ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA**, questionou se havia sido considerada a possibilidade de realizar as conferências inicialmente com os candidatos já inscritos e posteriormente abrir novo período para preenchimento de vagas remanescentes, em vez de prorrogar imediatamente o prazo. Manifestou dúvida sobre qual estratégia seria mais adequada.
73. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA** justificou a decisão de prorrogar o prazo, explicando que uma análise preliminar das documentações apresentadas indicou possibilidade elevada de inabilitações. Avaliou que, sem a prorrogação, poderia não ser alcançado o número mínimo necessário para compor tanto as titularidades quanto metade das suplências. Esclareceu que a comissão eleitoral ainda não emitiu decisão final, se encontrando em fase de verificação documental prévia. A prorrogação de dez dias visa garantir a adequada avaliação de todas as candidaturas antes da divulgação da lista definitiva. Informou que todas as inscrições recebidas seriam encaminhadas ainda aquele dia para a comissão eleitoral, que realizaria uma avaliação prévia na segunda-feira seguinte. Explicou que a comissão precisaria emitir parecer formal



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

e elaborar ata detalhada sobre o quantitativo de candidatos habilitados. Anunciou a prorrogação do edital por mais dez dias, justificando a necessidade de incluir instituições que ainda manifestavam interesse, como exemplificado pelo contato recente recebido do município de Itapecuru e outras localidades sem representação no conselho. Destacou que a medida visa ampliar a participação, embora o calendário das conferências deva ser mantido conforme planejado inicialmente. Solicitou aos conselheiros que continuassem indicando instituições qualificadas da sociedade civil que atuam na área ambiental, mas ainda não integram o colegiado, reforçando a importância de ampliar a base participativa no processo eleitoral. Finalizou perguntando se havia outros assuntos a tratar, tanto presencialmente quanto online.

74. O conselheiro **JONILSON DO NASCIMENTO AMARANTE**, iniciou sua manifestação parabenizando os demais conselheiros pelo trabalho desenvolvido em um contexto desafiador para a área ambiental. Em seguida, solicitou o apoio de todos para divulgação do programa Floresta+, iniciativa do Ministério do Meio Ambiente federal voltada para agricultores familiares e pequenos proprietários de terra. Explicou que o programa, que inicialmente atuava na região Norte, foi ampliado para toda a área amazônica, incluindo o Maranhão, com prazo de adesão até 30 de junho. Detalhou que os valores variam entre R\$ 800,00 e R\$ 28.000,00 destinados a incentivar a manutenção da floresta em pé, podendo ser utilizados conforme a necessidade do proprietário. Relatou sua participação em oficina sobre o programa em Brasília e posterior reunião no Maranhão com representantes da Secretaria de Agricultura Familiar - SAF. Pediu especial atenção para a divulgação nas comunidades, destacando que muitos agricultores têm desconfiança sobre a veracidade da iniciativa. Sugeriu que os conselheiros orientem os interessados a procurar a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão FETAEMA ou os sindicatos rurais municipais, que estão capacitados para auxiliar no processo de cadastro. Finalizou reforçando a importância da divulgação ampla desse recurso federal disponível para os pequenos produtores maranhenses.
75. O conselheiro **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA**, informou que entre os dias 9 e 13 de junho será realizada a Semana Municipal de Meio Ambiente no município de Santa Quitéria/MA. Explicou que a Secretaria Municipal de Santa Quitéria já está articulando com diversas organizações da sociedade civil e parceiros envolvidos com políticas



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

ambientais no município. Mencionou que várias ações já estão em andamento, incluindo a eleição do Conselho Municipal de Meio Ambiente prevista para maio e a implementação do Sistema Municipal de Meio Ambiente. Durante a Semana Municipal de Meio Ambiente, o município pretende desenvolver uma programação diversificada, cujos detalhes serão compartilhados posteriormente com este conselho. Sugeriu a possibilidade de alguns conselheiros estaduais poderem contribuir com a realização do evento, seja participando das atividades ou apoiando na organização.

76. O conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES**, se manifestou agradecendo ao apoio recebido da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), especialmente através do Secretário Pedro Chagas, para a realização do 4º Seminário Estadual de Educação Ambiental. Relatou que o evento foi considerado um sucesso pelos participantes, embora tenha demandado grande esforço da equipe organizadora. Informou que ainda restam atividades pós-evento, como distribuição de materiais e finalização de logística. Estendeu os agradecimentos pelo apoio dado também ao Seminário Municipal de Educação Ambiental realizado em Pinheiro, destacando a importância da parceria entre o Fórum Estadual de Educação Ambiental e a SEMA. Ressaltou que com apoio institucional é possível realizar trabalhos de maior qualidade e abrangência. Como membro do Conselho Estadual das Cidades, informou sobre o processo de conferências municipais em andamento e convidou secretarias municipais e interessados a procurarem a Secretaria de Estado das Cidades do Maranhão (SECID). Explicou que estas conferências têm formato diferente das de meio ambiente, sendo organizadas por município devido à necessidade de reconstrução dos conselhos municipais de desenvolvimento urbano. Relatou que o secretário estadual fez apresentação relevante no Conselho das Cidades sobre temas convergentes entre as políticas urbana e ambiental, sugerindo que o material da SEMA poderia ser compartilhado na Câmara Técnica do conselho. Defendeu a indissociabilidade entre desenvolvimento urbano e preservação ambiental, citando como exemplo a reformulação estatutária de sua instituição (Sociedade Maranhense de Defesa da Moradia Digna) para incluir a dimensão ambiental em 50% de suas ações. Concluiu reiterando gratidão à SEMA e colocando sua instituição à disposição para futuras parcerias e diálogos, encerrando com votos de bênçãos divinas.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
GABINETE DO SECRETÁRIO

77. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, solicitou que todos os conselheiros compartilhassem no grupo as informações sobre eventos e datas mencionadas, garantindo o acesso igualitário àqueles presentes e ausentes. Esclareceu dúvida levantada pelo conselheiro Luiz Henrique Fontenelle Graça, reiterando que o decreto que regulamenta o CONSEMA, estabelece que não cabe reeleição de membros dos segmentos da sociedade civil organizada e do empresariado para o próximo triênio, impedindo tanto a recondução das instituições quanto de seus representantes atuais. Informou que já foi solicitado parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) sobre o assunto e que a minuta de alteração do decreto foi encaminhada novamente ao governador para avaliação, se comprometendo a reforçar essa cobrança. Anunciou que a próxima reunião, prevista para 26 ou 27 de junho, será a última do triênio atual, seguindo o formato habitual de realização consecutiva do CONSEMA e CONERH. Solicitou especial empenho dos conselheiros para comparecerem presencialmente, visando tanto as deliberações finais quanto uma confraternização pelo período de três anos de trabalhos conjuntos. Agradeceu a participação de todos e encerrou os trabalhos, convocando para a próxima sessão.
78. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, agradeceu a presença de todos, e declarou encerrada a reunião.

Eu, Francisco Carlos Silva Melo, copiei a presente Ata que foi lavrada e assinada pelo Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, que exerceu a função de presidente na reunião.

São Luís, 22 de maio de 2025.

ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO

Vice-Presidente do CONSEMA

LENNISE MARIA PASSOS PORTELA

Secretária Executiva do CONSEMA



Documento assinado eletronicamente em 01/07/2025, às 15:37.

Assinado por: ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO - Cargo: SECRETÁRIO (A) ADJUNTO (A) DE DE LICENCIAMENTO

Código Verificador: 16684784, Código CRC: S3W7MOJW

Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/fi/consulta-doc.xhtml>.



Documento assinado eletronicamente em 01/07/2025, às 15:51.

Assinado por: LENNISE MARIA PASSOS PORTELA - Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS

Código Verificador: 16684784, Código CRC: S3W7MOJW

Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/fi/consulta-doc.xhtml>.